

SÍNTESE POLÍTICA

EM MARCHA A CAMPANHA DA SUCESSÃO

Iniciou-se a publicação de SÍNTESE quando começavam a definir-se as tendências das forças políticas em face da sucessão presidencial. Isto permitiu que esta seção se tornasse um registro objetivo, de inegável interesse histórico, da evolução dos acontecimentos, em suas etapas fundamentais. Sempre se tem insistido, porém, na dificuldade das previsões nessa matéria, tantas vezes contradiz o fato político as hipóteses armadas pelo raciocínio lógico. Há, iminente, um acontecimento de alta expressão nacional, cujo significado não pode ser omitido, em suas múltiplas implicações, também de sentido político: a transferência para o Planalto Central da sede do governo da União.

OBSERVANDO com isenção e cuidado a marcha dos acontecimentos da política nacional, SÍNTESE pôde antecipar, sem equívocos, a posição que assumiriam nossos principais partidos no referente à sucessão do Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK.

A princípio o cenário parecia mergulhado em certa obscuridade. Só a presença do Sr. JÂNIO QUADROS marcava uma atitude clara e definida. Expressamente definida ao termo do embate entre os Srs. CARVALHO PINTO e ADEMAR DE

BARROS, quando contendiam, em renhido pleito, pela Governadoria de São Paulo.

Naquela altura, o Sr. JÂNIO QUADROS anunciou que, vencedor o Sr. CARVALHO PINTO, êle — JÂNIO QUADROS — disputaria em 1960 a Presidência da República.

Assim, ao tempo em que esta revista começou a comentar os problemas da atualidade política nacional, o nome do Sr. JÂNIO QUADROS já se encontrava na situação de candidato. Nada mais havia de

positivo. O resto imergia no domínio das hipóteses.

Cumpre dizer que o próprio Sr. JÂNIO QUADROS não fôra apresentado por qualquer das chamadas grandes forças partidárias. À ação de S. Excia., desde o início de seu ascensional ingresso na vida pública, poderia atribuir-se perfeita identidade com o lema oficial de São Paulo: *non ducor, duco*.

Em verdade, o Sr. JÂNIO QUADROS — vereador, deputado estadual, prefeito, e mesmo governador — não deveu aquêles mandatos à munificência de nenhum dos nossos maiores partidos. Subiu por obra própria e procurando atrair muito mais as massas votantes do que os chefes políticos. Êle foi mesmo o preferido das pequenas agremiações, que conseguiu aliciar e fundir — ao menos para os choques eleitorais — com a química de seus peculiares métodos de proselitismo. Nisso sempre se pareceu com GETÚLIO VARGAS, do qual ora se aproxima cultivando o favor das multidões, ora se distancia exprimindo rumos de conteúdo bastante diverso.

2. Ao contrário do que seria lícito esperar, o Sr. JÂNIO QUADROS não obteve a menor correspondência de simpatias, nem de parte do Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK, nem do PTB, cuja bancada integrava na Câmara dos Deputados.

A reação do oficialismo, igual como a do PTB, foi de todo contrária à apresentação de seu nome. Viu-se logo que S. Excia. não alcançaria os sufrágios dos amigos do atual Presidente, nem da direção do partido sob cuja legenda

conquistara uma cadeira no Palácio Tiradentes.

Provavelmente a situação do país seria inteiramente diversa se os líderes da maioria governamental, em lugar de hostilizá-lo liminarmente, se houvessem inclinado, no mínimo, pelo exame de sua candidatura. Atitude que se explicaria facilmente em se tratando de uma personalidade que acabava de exercer com brilho e proveito público o governo do mais importante Estado da República, e de chefiar o movimento que conduziu à vitória o eminente Professor CARVALHO PINTO, o qual se vai afirmando com excepcional êxito em sua administração.

Tudo leva a supor que a atitude do oficialismo jogou o Sr. JÂNIO QUADROS definitivamente nos braços da oposição.

Desde aquêlo momento começou, no seio da maioria, a faina de encontrar o anti-JÂNIO, isto é, uma figura sólidamente vinculada ao atual Governo e ao PSD e que, ao mesmo tempo, somasse as preferências do PTB.

Esse nome, como repetidamente êste comentário assinalou, não poderia ser outro senão o do Ministro da Guerra, Marechal HENRIQUE DUFFLES TEIXEIRA LOTT. Não sendo político militante, S. Excia. assumira em novembro de 1955 uma posição decisiva a favor do advento do Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK, e os golpes de 11 e 21 daquele mês projetaram a pessoa do ilustre General numa singular evidência. Homem pessoalmente íntegro, estava naturalmente indicado para a tentativa de encarnar o candidato superpartidário, aparente-

mente capaz de somar o PSD e o PTB.

Grandes foram as resistências de ambos, tanto para se fixarem na candidatura do Marechal, como para a renovação da aliança PSD-PTB. Sempre admitimos que, apesar disso, a força das circunstâncias colaboraria para eliminar aquelas resistências, pôsto que apenas na superfície, pois o fundo da dissensão permanece ainda, e até bastante agravado.

Nomes partidários não lograram durar no cartaz nem 24 horas. O PSD, enfraquecido pela perda de importantes governos estaduais, como o do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio, Bahia e Pernambuco, não dispunha de virtualidades para tentar eleger qualquer de seus correligionários, por mais ilustre que fôsse.

Quanto ao PTB, convém ter presente que sua Convenção Nacional já lançara o nome do Sr. JOÃO GOULART para a Presidência da República, embora tôda gente sentisse que aquela decisão ficara sujeita a combinações futuras com o PSD.

Esgotadas as esperanças de uma escolha estritamente partidária, coube ao Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK estimular o PSD para que adotasse a indicação de seu Ministro da Guerra. A êsse tempo, o PTB não parecia muito entusiasta dessa solução. Repontaram mesmo em público certas declarações alarmantes feitas pelo Governador LEONEL BRIZOLA, cunhado do Sr. JOÃO GOULART. O Sr. BRIZOLA chegou a dizer a um jornalista, e o confirmou: "Sinto que algo está para acontecer. O Rio Grande não morrerá na véspera"! Eram frases

carregadas de sentido e denotavam uma atmosfera de inquietação pré-revolucionária. O Governador BRIZOLA foi mesmo ao ponto de afirmar recentemente aos jornais que o país se achava à beira de um movimento armado e na iminência de uma ditadura. Parece realmente ter havido, à época, uma série de conspirações felizmente malogradas.

Nesse ambiente superaquecido, o PSD marchou para o nome de LOTT e o indicou à Convenção Nacional, já convocada.

O PTB, mais morosamente, tratou de apoiá-lo, ainda que sem tornar oficial a deliberação.

Quando já se poderia considerar o nome do Marechal firmemente amparado no antigo bloco majoritário (PSD-PTB), S. Excia. convidou o Sr. JÂNIO QUADROS para uma desistência mútua em favor do Sr. JURACY MAGALHÃES. A recusa do ex-Governador de São Paulo foi imediata e categórica embora S. Excia. mais adiante, por motivos até hoje não suficientemente esclarecidos, houvesse declinado pura e simplesmente de sua escolha para candidato das oposições, episódio rapidamente encerrado por obra da ação conciliatória do Governador CARVALHO PINTO.

Retomando seu pôsto de luta, o Sr. JÂNIO QUADROS encetou imediatamente a campanha, percorrendo com êxito certo número de Estados.

O PTB acabou por também sagrar em sua Convenção o nome do Marechal LOTT, juntamente com o do Sr. JOÃO GOULART para a Vice-Presidência.

3. Um problema continua, porém, em aberto: o da Vice-Presidência na chapa do PSD-PTB, pois o Sr. GOULART só aceitou a apresentação de seu nome com a cláusula de que o PSD e o Governo Federal colaborassem para a adoção de, pelo menos, três soluções: o projeto de lei que regulamenta o direito de greve, a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, feita por empresas estrangeiras que aqui operam, e a cessação da licença para depósitos nos bancos estrangeiros.

Vê-se, assim, que a chapa encabeçada pelo Marechal não se acha ainda definitivamente constituída.

Mas nem o PSD nem o Sr. JUSCELINO KUBITSCHK parecem inclinados a conceder o que lhes reclama o Sr. JOÃO GOULART, embora o Marechal venha ostensivamente apoiando as citadas reivindicações.

Retirará o Sr. GOULART sua candidatura ou mantê-la-á, ainda quando não obtenha o que pretende?

Com os políticos não é fácil raciocinar. A política — diríamos numa paráfrase — tem uma lógica que a lógica desconhece.

Arriscando-nos a uma conjectura, cremos que o Sr. GOULART não manterá, nesse caso, a candidatura. Talvez menos pela falta de atendimento ao que reclama do que como fórmula hábil para evitar os riscos de um insucesso nas urnas.

Em verdade, se os termos da equação eleitoral se conservarem estáveis até 3 de outubro, as chances de vitória do Sr. GOULART são bastante reduzidas, pois S. Excia. dificilmente conseguirá que a maioria dos eleitores do PSD sufrague

o seu nome. Os atritos entre os dois partidos não têm feito senão crescer nestes quatro anos. São inimigos íntimos. Ambos aspiram a ocupar a direção do país, com exclusividade. Foi o que o Governador ROBERTO SILVEIRA declarou ostensivamente, quando presidiu a Convenção petebista.

Não é só da seção pessedista do Rio Grande do Sul que se estão levantando publicamente protestos contra a chapa LOTT-GOULART, senão que em alguns outros Estados o dissídio pode ser menos estrepitoso, mas não é menos profundo.

Por outro lado, a candidatura do trabalhista divergente, Deputado FERNANDO FERRARI, vem ganhando adesões em todo o país.

Veja-se a seção pessedista do Paraná, que também se recusa a sufragar o nome do Sr. GOULART, preferindo a combinação LOTT-FERRARI.

Além do mais, o resultado das últimas eleições municipais no Rio Grande do Sul demonstrou a insatisfação popular ali reinante, agravada pela crise econômica que o Estado atravessa.

Ninguém se admire, assim, se o Sr. GOULART vier a renunciar a indicação de seu nome, ainda que o PTB prossiga apoiando a candidatura LOTT.

Há notoriamente um trabalho para substituir-se o Sr. GOULART pelo Sr. ADHEMAR DE BARROS, como companheiro de chapa do Marechal. O Sr. ADEMAR DE BARROS continua a declarar-se candidato à Presidência; é, porém, geral a descrença em que o atual Prefeito paulistano chegue, nessa qualidade, ao fim da linha.

De qualquer modo, quando são escritos estes comentários, há três políticos indicados à Vice-Presidência: o Sr. JOÃO GOULART na fórmula com o Marechal, e os Srs. LEANDRO MACIEL (UDN) e FERNANDO FERRARI (PDC e Movimento Trabalhista Renovador), com o Sr. JÂNIO QUADROS.

É difícil enunciar, de momento, qualquer juízo sobre a posição de cada um deles, mas o que na atualidade aparenta maiores probabilidades de êxito é o Sr. FERNANDO FERRARI, porque, sem prender-se a partidos, atua diretamente junto do povo. Sobretudo dos estudantes e das donas de casa. As últimas formam — pela tremenda alta do custo da vida — uma força propagandística de extensa irradiação.

4. Os aspectos de uma campanha presidencial são extremamente móveis. O que é verdade hoje pode não sê-lo amanhã. Daí, o cuidado que deve ter o colunista em suas observações e previsões. Nestas, sobretudo.

No Brasil, há ainda que prestar atenção ao setor militar. Embora as nossas Classes Armadas sempre hajam demonstrado patriótico empenho em não substituir pelo domínio da força a vontade do eleitorado, não raro surgem ou podem surgir incidentes capazes de criar um estado de tensão emocional afetando a ordem pública, ou de estimular suscetibilidade entre soldados e paisanos.

No presente, a tranquilidade nesse setor é completa. Desde que assumiu a Pasta da Guerra o Marechal ODÍLIO DENYS, reina absoluta calma entre os oficiais e nos quartéis. O novo Ministro pertenc-

ce à melhor categoria no Exército, é disciplinador e isento de paixões facciosas. Suas palavras, no ato da posse, e as do General NESTOR SOUTO DE OLIVEIRA, ao assumir o comando do I Exército, repercutiram na opinião pública de maneira extremamente favorável.

De resto, seria falso dizer-se que haja uma candidatura militar contra outra civil. Só por alegoria se oporá a espada à vassoura. O Marechal LOTT é um militar candidato, não é um candidato militar.

O antigo dualismo de 1909 entre civilistas e militaristas é página felizmente virada. E há longos anos. Tanto que, em 1945, ninguém levantou contra o General EURICO DUTRA e o Brigadeiro EDUARDO GOMES a exceção de serem ambos oficiais-generais. Ninguém se sentiu oprimido. Não houve, nem remotamente, melindres de classe.

5. Nesta altura, tudo convence que as urnas se abrirão normalmente e livremente a 3 de outubro e que cada cidadão alistado votará como quiser e em quem preferir. No tocante à apuração, essa será, como as anteriores, obra do Superior Tribunal Eleitoral, que sempre deu provas de isenção, eficiência e laboriosidade.

A democracia vai assim se aperfeiçoando quanto ao mecanismo da escolha dos mandatários públicos, coisa que até 1930 não existia, pois, à falta de um estatuto eleitoral, vivíamos no regime da ata falsa. Só os governos é que, via-de-regra, ganhavam os pleitos. Daí, o apêlo às armas feito quase sempre pelas oposições oprimidas ou ludibriadas.

Por outro lado, sendo outrora o reconhecimento de poderes função do Congresso, instalara-se nos costumes o chamado "terceiro escrutínio". Um candidato poderia vencer nas urnas, ser até (o que era raro) diplomado pela Junta Apuradora. Sua sorte, porém, dependia do reconhecimento pela Câmara ou pelo Senado. É, nesse caso, o que vigorava não era a quantidade de sufrágios obtidos, porém a boa vontade da política federal. Vale dizer, em última instância, a vontade do Presidente da República.

Tudo isso findou. É a grande conquista dos revolucionários de 1930.

Outros problemas surgem por certo agora, em planos diferentes. Entre eles sobrepõe o de dar ao regime um conteúdo de realidade econômica, espiritual e internacional.

6. Um dos grandes perigos nas campanhas políticas de longo curso, em países jovens como o Brasil, consiste na infiltração dos comunistas entre as forças contendedoras.

O comunismo, na prática, é oportunista. Não perde nunca de vista suas linhas estratégicas (a revolução social) mas utiliza-se de táticas variadas, conforme as circunstâncias e as peculiaridades de cada país.

Aqui no Brasil, como em outras regiões, veste a pele do nacionalismo, não obstante ser, por índole e definição, internacional.

O nacionalismo é uma das suas armas para hostilizar os Estados Unidos da América, cujo poder militar constitui o resguardo do mundo livre contra a inundação

vermelha. Procurando excitar a revolta dos povos atrasados contra o chamado "imperialismo yanque", Moscou atrai para o seu lado homens de boa-fé juntamente com os ressentidos, os primários, os pouco versados nos problemas econômicos.

Em face da próxima campanha, esses elementos (o Sr. Luís CARLOS PRESTES já proclamou as vantagens da candidatura LOTT) buscaram transformá-la numa pugna entre nacionalistas e "entreguistas" (o neologismo é do vocabulário soviético).

A tentativa parece frustrada. O próprio Marechal TEIXEIRA LOTT, em seu discurso perante a Convenção do PTB, afastou a interpretação sectária da palavra nacionalista, dizendo: "Como soldado, sempre assimilei as duas noções, a de patriotismo e a de nacionalismo. O nacionalismo é uma encarnação do patriotismo".

Com essas sensatas considerações, S. Excia., que é visceralmente anticomunista, extraiu o veneno, que se contém na tática soviética.

E fez bem. Fez obra digna de apreço. O que se vai decidir nas urnas de 3 de outubro é a escolha do novo Presidente do Brasil para cumprir a Constituição, para engrandecer o nosso país e servi-lo. Não para servir interesses forasteiros ou ideologias exóticas inteiramente divorciadas da nossa formação moral, espiritual e histórica.

7. Nesta altura do mês de março, um acontecimento de alta expressão nacional está iminente. É a mudança da capital do Brasil para o Planalto Central. As divergências foram grandes em torno da

idéia e sua execução, mas hoje se trata de fato consumado. Sobre-carregando de sacrifícios a geração atual, aumentando o papel-moeda circulante em mais do dobro do que recebeu em janeiro de 1956, drenando para as obras grande parte desses recursos e mais os do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e dos Institutos, o Presidente KUBITSCHEK conseguiu terminar, quanto possível, a edificação da futura sede do Governo da União.

A mudança não constituirá apenas um relevante acontecimento de ordem material, porém profundamente político, porque vai alterar a maneira de ser do país, criar reflexos diferentes sobre a opinião pública, modificar a facilidade de comunicações, por assim dizer diretas, entre o Congresso e a Nação, já que Brasília por muito tempo será uma cidade territorialmente isolada da grande massa da população.

Isso não importa em negar seu esplêndido futuro, nem reabrir um debate encerrado. A referência vale apenas para assinalar que a mudança, sobretudo em plena cam-

panha presidencial, produzirá um formidável impacto sobre a nossa vida pública.

Paralelamente circulam rumores acerca da possibilidade de emendas constitucionais destinadas a permitir a reeleição do Presidente KUBITSCHEK ou para outras soluções semelhantes.

Não cremos na viabilidade de nenhuma fórmula que impeça a eleição direta a 3 de outubro e na forma da Lei Magna.

Convém, entretanto, não esquecer que só a 2 de abril ficarão inibidos de pleitear a sucessão os atuais Ministros e Governadores de Estados. Esse aspecto, sim, merece atenção, pois o nome do Sr. JURACY MAGALHÃES tem muito eco na opinião pública. Mas candidatá-lo por que partido? Pela UDN? Ela já se decidiu em Convenção Nacional, o que não impede de voltar atrás, mas não o faria sem apoio de outros fortes partidos. Estariam o PSD e o PTB em condições de abandonar o nome do Marechal LOTT sem criar-se uma grave crise, talvez de ordem?

Nessas interrogações se contêm as respectivas respostas.